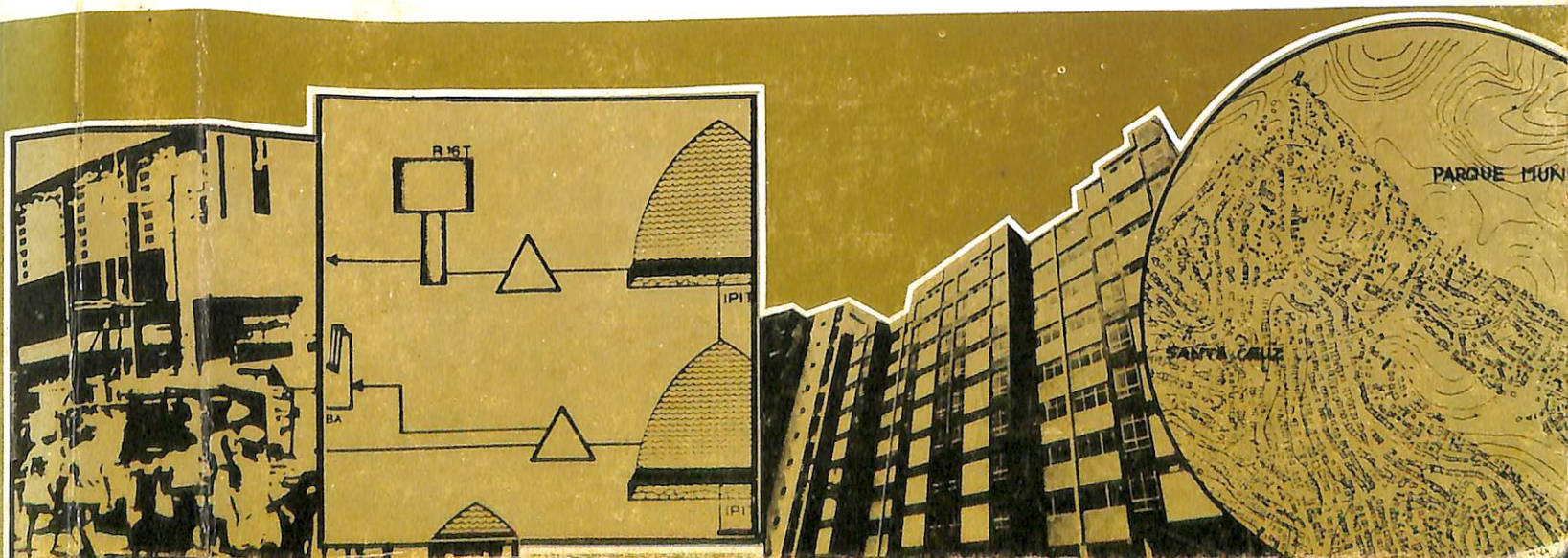




ORGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO

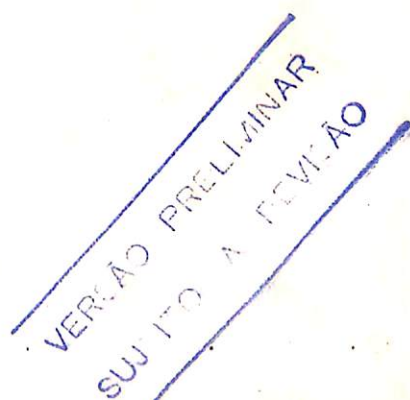
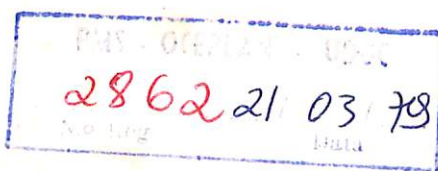
plandurb

PLANDURB E O PROCESSO DE
PLANEJAMENTO



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR
OCEPLAN - ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO
PLANDURB - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PLANDURB E O PROCESSO DE
PLANEJAMENTO



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR

Edvaldo Pereira de Brito - Prefeito

ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO

Guilherme Furtado Lopes - Diretor

CONSULTORIA GERAL

ISP - Centro de Estudos Interdisciplinares para o
Setor Público da Universidade Federal da
Bahia

Margarida Maria Costa Batista - Diretora

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PLANDURB

EQUIPE DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Antonio Heliodório Lima Sampaio ()*

Deloy Haynau Becker ()*

José Antônio Gomes de Pinho ()*

Paulo de Arruda Penteado Filho () - Coordenador Geral*

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Nildenor Ourives de Souza ()*

(*) Técnico do ISP

VERSÃO PRELIMINAR
SUJEITO A REVISÃO

Este trabalho foi realizado com a
colaboração da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e do DE-
SENBANCO - Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A.

VERSÃO PRELIMINAR

PRÓXIMO A REVISÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1a. PARTE - Sobre o Processo de Planejamento

2a. PARTE - Definição dos Trabalhos

3a. PARTE - Situação Atual dos Trabalhos

ANEXOS: - Produtos e Sub-produtos do PLANDURB

VERSÃO PRELIMINAR
SUJEITA A REVISÃO

INTRODUÇÃO

Concebido para constituir-se em marco inicial da retomada de um processo de planejamento, e não em meta final, a deflagração das atividades do PLANDURB se deu antes mesmo da obtenção do primeiro financiamento pleiteado para sua elaboração, junto à FINEP. Isto ocorreu devido ao contexto geral da falta de condições financeiras, materiais e humanas da própria Prefeitura.

À vista disto, e a partir dos documentos de trabalho 1 e 2*, que, respectivamente, conceituou o Plano e definiu o âmbito de sua primeira etapa, sua operacionalização mereceu uma imediata avaliação, à luz da vivência experimentada no período que vai da decisão político-administrativa de realizá-lo (maio de 1975) e o ténue início de suas atividades (janeiro de 1976). O financiamento do programa somente se concretizaria alguns meses mais tarde (setembro de 1976).

O custo de oportunidade que envolveria um maior retardamento dos trabalhos, levou a que fossem os mesmos formalmente iniciados em janeiro de 1976, em instalações cedidas, por curto prazo, pela Faculdade de Arquitetura da UFBA e, posteriormente, em pavimento do Edifício Maçônico, alugado pela Municipalidade, onde se desenvolvem até hoje os trabalhos. O grupo técnico incumbido de dar início às atividades do programa era constituído de nove técnicos, alo

* Plano de Desenvolvimento Urbano - PLANDURB sobre o Processo de Planejamento - Ornelas, Waldeck Vieira e Sampaio, Heliodório - CADERNOS OCEPLAN - Série Documentos de Trabalho, 1 e 2, Salvador, 1975. O presente texto constitui uma consolidação e atualização desses dois Documentos de trabalho.

VERSÃO PRELIMINAR
SUJEITO A REVISÃO

cados em função de compromissos ou envolvimento anteriores.

O quadro geral de limitação de recursos levou, de imediato, à deflagração escalonada dos estudos - diversamente do que se havia previsto -, tendo as prioridades sido estabelecidas em função da experiência anterior do quadro técnico, da disponibilidade de recursos materiais e financeiros, das facilidades iniciais na obtenção de informações e, sempre que possível, da concentração naqueles estudos mais marcadamente característicos do enfoque proposto para o tratamento da questão da expansão urbana em uma cidade de tão peculiares e específicas condições como Salvador.

Tendo presentes estas limitações e condicionantes, e após avaliação das proposições constantes dos documentos de trabalho 1 e 2 com consultores especialmente convidados, procedeu-se, antes do final de 1976, a alguns aperfeiçoamentos no elenco de estudos previstos.

Cuidou-se também, em decorrência da própria concepção inicial do programa, de gerar indicações e recomendações à Administração Municipal, à medida que os estudos desenvolvidos permitissem oferecer respostas às suas solicitações, sem que isto implicasse num desvirtuamento dos objetivos de um planejamento global, embora retardando o andamento dos trabalhos previstos, em termos de cronograma físico.

Além destas indicações e recomendações, e pelos mesmos motivos, optou-se por iniciar a elaboração de programas e projetos, referentes à 2a. e 3a. etapas, deflagrados antes do inicialmente previsto.

Em março de 1977, ocorreu uma imprevista mudança na cúpula administrativa da Municipalidade, que natu-

ralmente refletiu-se sobre o andamento do PLANDURB, retardando o ritmo dos trabalhos, inicialmente pela incerteza decorrente da nova situação e posteriormente em função dos esclarecimentos e informações que tiveram que ser prestados aos novos administradores. Uma outra mudança, agora na Coordenação Técnica do PLANDURB, veio trazer novos transtornos para a evolução do programa.

Finalmente, ocorreu uma defasagem entre os cronogramas físico e financeiro já que razões de ordem burocrática conturbaram o fluxo de recursos e, conseqüentemente, o andamento dos trabalhos.

Apesar destas dificuldades, logrou-se manter a continuidade dos trabalhos, que se encontram em fase adiantada de elaboração.

1ª PARTE

SOBRE O PROCESSO DE PLANEJAMENTO

- 1. *Considerações Preliminares*
- 2. *Marco Introdutório*
- 3. *Modelo de Aproximação ao Objeto Urbano*
 - 3.1. *Pressupostos Fundamentais*
 - 3.2. *O Esquema de Abordagem*
- 4. *Condicionantes Básicos*
 - 4.1. *Estruturais*
 - 4.2. *Normativas*

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Depois de haver sido objeto, na primeira meta de dos anos 40, de uma experiência de planejamento "pioneira no Brasil e talvez na América Latina, quanto à metodologia empregada" (1), Salvador encontrava-se, até recentemente, sem planejamento. É que, mesmo tomando-se em consideração a celebrada atualidade metodológica do trabalho do antigo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, há entre o planejamento e a realidade, uma defasagem de três décadas, agravada pelo fato de os relatórios do EPUCS nunca terem sido publicados (2).

No entanto Salvador constitui-se num dos pontos focais do crescimento urbano brasileiro, caracterizando-se como núcleo de uma das nove áreas metropolitanas instituídas no País, centro polarizador de uma vasta região, além de Capital de Estado.

No que se refere à sua condição de núcleo metropolitano, cumpre destacar a importância de que se reveste a Cidade no contexto da respectiva região que, embora haja ultrapassado a casa do milhão e meio de habitantes, apresenta um processo de conurbação ainda muito incipiente, em

(1) Ferrari, Celson e M. Pereira, Rubens - Organização Administrativa para o Planejamento Municipal. Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1968, 1ª edição, pg. 58.

(2) Recentemente o OCEPLAN publicou, como um dos estudos do PLANDURB, uma monografia sobre os trabalhos do EPUCS, que resultou do levantamento do seu acervo.

7

decorrência da atividade industrial (RLAM, CIA, COPEC) situar-se não apenas fora da cidade, mas também do próprio Município de Salvador.

A propósito, Barat e Geiger⁽³⁾ assinalam que a concentração representa aqui "uma absorção mais significativa de inovações provenientes de uma base extra-regional cuja difusão pela região é praticamente nula". E aduzem que "haverá, com efeito, dúvidas em identificar uma região metropolitana".

Estas características do problema, por si sós suficientes para particularizar o planejamento metropolitano na região de Salvador, faz crescer de importância o papel e a participação da Prefeitura de Salvador no próprio processo de planejamento da RMS.

Face à sua importância funcional e correlatação polarizadora, persiste a perda progressiva de zonas de influência, talvez justificando-se ainda hoje — mesmo depois do recente surto de industrialização — o aposto de "metrópole displicente" que lhe atribuiu Milton Santos em meados da década de 50⁽⁴⁾.

(3) Barat, Josef e Geiger, Pedro Pinchas - Estrutura Econômica das Áreas Metropolitanas Brasileiras, in Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 3, nº 3, IPEA, Rio, outubro de 1973.

(4) Santos, Milton - O Papel Metropolitano da Cidade do Salvador, Bahia, 1956.

Esta situação parece indicar que as atividades industriais recentemente implantadas por força de fatores exógenos (Sistema 34/18 de incentivos fiscais, no caso do CIA; decisão política do Governo Federal, no caso da COPEC), não foram ainda assimilados pela economia local/regional, nem procuraram com ela se integrar, como atestam os itens tecnologia, capital, gerência, etc.

A Salvador subsiste assim, ainda intacta, a condição de Capital de Estado, por conta da inércia com que se modernizam as instituições.

Com efeito, nesta área, nem os limites político-administrativos do estado-membro são adequados à funcionalidade do espaço, nem seu aparato burocrático incorporou até hoje a moderna técnica da descentralização administrativa.

À medida em que avança, contudo, o processo de desenvolvimento da área, tanto a Cidade quanto o Município têm sofrido os seus reflexos e, mais que isto, a incidência de investimentos públicos e particulares derivados de inúmeros estudos, planos e projetos, elaborados todos com enfoques parciais — para setores ou áreas específicas — sem a participação e mesmo à revelia de sua Prefeitura.

No âmbito do Setor Público, e apenas a título de exemplificação, vale enumerar:

I - De caráter setorial:

- Plano de Turismo do Recôncavo;
- Plano Diretor da Orla Marítima;

- 9
- Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu;
 - Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari;
 - Projeto Agropecuário do Recôncavo e Estudo Sobre o Abastecimento Alimentar da RMS;
 - Acesso Norte (articulação da BR-324 com o Sistema Viário Urbano);
 - Avenida Suburbana;
 - Plano Diretor de Abastecimento D'Água e Controle da Poluição na RMS;
 - Projeto de Esgotos Sanitários de Salvador;
 - Programa de Expansão do Sistema Telefônico;
 - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Salvador;
 - Programa de Ação Imediata do Tráfego;
 - Estudo sobre a Indústria de Construção Civil na RMS;
 - Rede Energética Subterrânea;
 - Estudo de Transportes e Uso do Solo na RMS;
 - Sistema *Ferry-Boat* (articulação Salvador/Itaparica/Nazaré).

II - De caráter espacial:

- Estratégia e Termos de Referência/Pro

grama de Desenvolvimento Integrado do Recôncavo;

- Estudo Preliminar do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Salvador;
- Estudo de Reintegração do Núcleo Histórico de Salvador;
- Plano de Recuperação dos Alagados;
- Nordeste de Amaralina, Estudo dos Aspectos Físico-Ambientais;
- Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel;
- Diagnóstico Urbanístico da RMS.

III - Grandes Equipamentos:

- Centro Administrativo da Bahia;
- Estação Rodoviária;
- Central de Abastecimento da Bahia;
- *Campus* Universitário (UFBA);
- Ampliação do Porto de Salvador;
- Programa de Modernização do Aeroporto 2 de Julho;
- Ampliação do Estádio Otávio Mangabeira.

Em todo este elenco, a participação da Prefeitura deu-se apenas em alguns casos, quando, na fase de implantação de projetos, foi demandada sua participação financeira.

Por outro lado, sempre e quando, por razões de estrita competência legal, a Municipalidade vê-se compelida a analisar a implantação de grandes projetos de iniciativa privada, reflete-se a carência de elementos técnicos para fazê-lo conveniente e adequadamente.

Como exemplo de casos desta natureza deve-se citar:

- a implantação da rede turística hoteleira, atraída pelos incentivos fiscais da SUDENE/EMBRATUR;
- a implantação de conjuntos habitacionais, estimulados pelo Sistema Financeiro de Habitação (BNH);
- a implantação de supermercados e *SHOPPING CENTERS*;
- o parcelamento da terra e a implantação a leatória de loteamentos;
- a expansão e conseqüente distribuição espacial das atividades comerciais e de serviços.

Em todos estes exemplos — e estamos citando apenas alguns dentre os que mais diretamente resultaram de políticas federais e da recente etapa do processo de expansão sócio-econômica da área — faltou à Prefeitura um marco de referência geral, um modelo normativo para a Cidade, à luz do qual pudesse formular as suas decisões.

Todas essas razões ressaltam a importância e a urgência de um trabalho como o PLANDURB, que representa a retomada do processo de planejamento, a nível municipal, em Salvador.

A carência de planejamento não significa, contudo, que a função tenha sido eliminada do aparato burocrático municipal. Ela sempre esteve, desde o EPUCS, formalmente presente; o seu conteúdo é que regrediu desde então, e este retrocesso levou ao predomínio de uma visão eminentemente física, imprecisa, que nem mesmo se aproxima sequer do antigo e superado *approach* dos planos reguladores, a par com o fato de que não são elaborados projetos executivos de engenharia, donde a alteração do traçado de vias ocorrer no momento mesmo da execução, pelos próprios tratoristas inclusive⁽⁵⁾.

A própria atividade de planejamento, e seus instrumentos de apoio e complementação, estão estranhamente fracionados em termos administrativos, existindo, além do Órgão Central de Planejamento — diretamente vinculado ao Prefeito — vários outros órgãos de planejamento, todos da área física, como o são a Assessoria Setorial de Planejamento e Urbanismo, na Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas — quiçá a única justificável — e idênticas assessorias, "setoriais" na Superintendência de Urbanismo da Capital e no Departamento Municipal de Estradas de Rodagem⁽⁶⁾. O siste

(5) Como exemplo tem-se a recente implantação de trecho da Av. Vale dos Barris, onde o órgão executor terminou por aterrar parte do Dique do Tororô, criando articulações e procedendo a obras não previamente estabelecidas.

(6) Salvador, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 3.885, de 19 de abril de 1970.

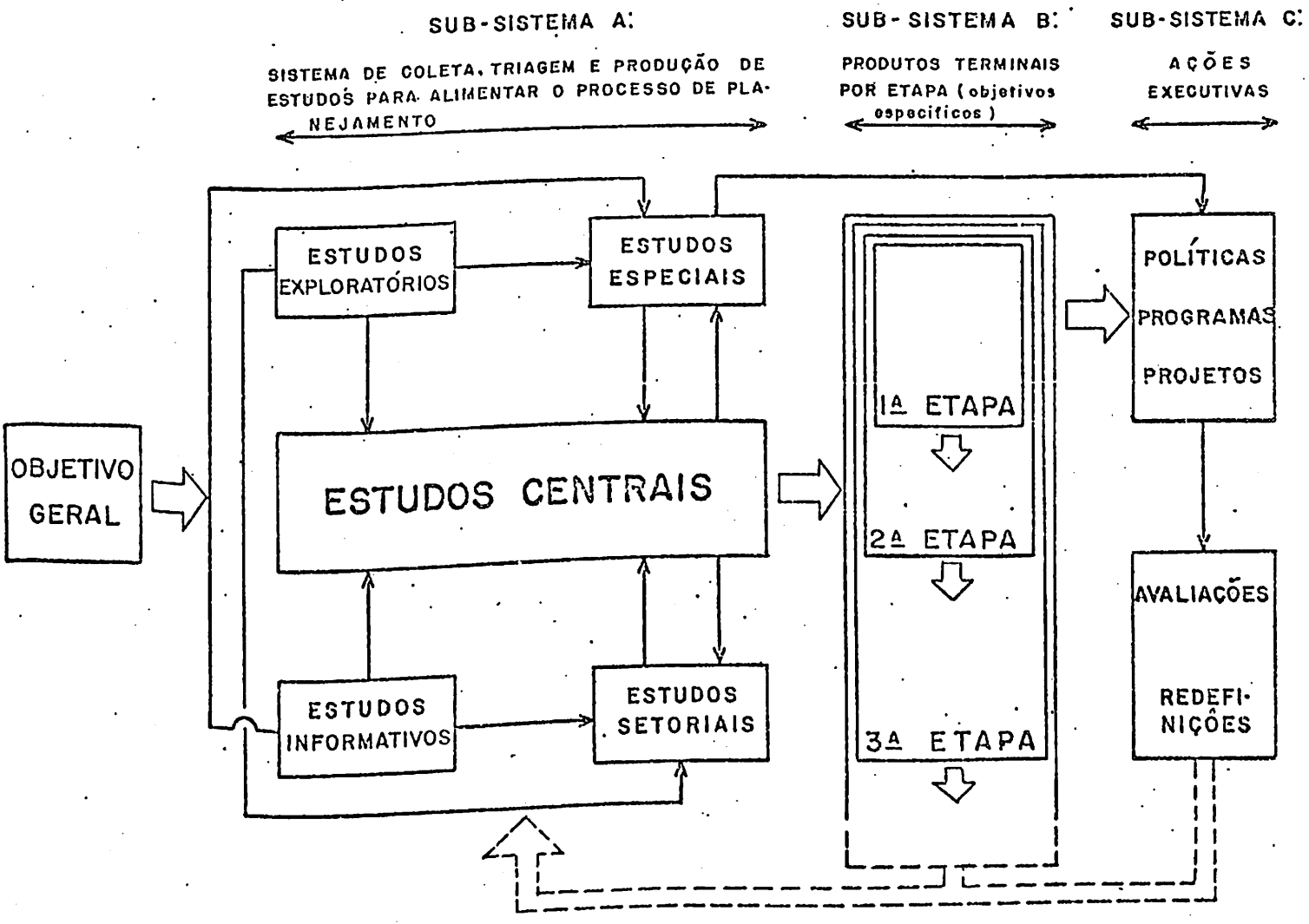
ma é assim hipertrofiado em relação ao setor físico — com enfoque exclusivamente viário — e inexistente no que diz respeito às outras áreas.

A atividade de estatística encontra-se, por sua vez, na órbita da Secretaria de Administração e Serviços Públicos, e a de cartografia a cargo da subdimensionada Seção da Planta Cadastral, da Secretaria de Finanças.

Quanto ao próprio Órgão Central de Planejamento, verifica-se a necessidade de recursos humanos com maior experiência ou treinamento para a atividade de planejamento.

FIG. 2

ESQUEMA DE ABORDAGEM



2. MARCO INTRODUTÓRIO (Fig. 1)

Em que pese a crescente tendência reflexiva sobre as linhas teóricas de apoio a termos como desenvolvimento e planejamento, por um lado, ou urbano e regional por outro, alguns aspectos permanecem comuns, em maior ou menor grau, aos diferentes enfoques de abordagem:

- . A Cidade, expressão materializada do urbano, é entendida como um sistema complexo de interrelações entre variáveis de natureza social, econômica, física, política, cultural, etc., cujas origens e repercussões extrapolam seus limites físico-institucionais, indo a relações mais amplas, ao nível da Região, Estado e País que lhe contém;
- . O planejamento, no fundo, se apresenta como a necessidade de buscar intervenções racionalizadas, a partir das variáveis acima referidas, e quase sempre contém maior ou menor número de etapas, que vão da compreensão às proposições-respostas aos problemas encontrados;
- . Esta necessidade de compreender e intervir, contudo, está condicionada, desde o plano conceitual ao prático, a uma capacidade de atuação técnica de cunho nitidamente interdisciplinar.

Do exposto, segue-se que o planejamento, para buscar respostas abrangentes, eficazes, e sobretudo resultar em mudanças significativas no plano social — razão de ser de qualquer intervenção — só terá sentido se imaginado para ser:

- . Contínuo - no tempo,
- . Localizável - no espaço,
- . Adaptável - às mudanças,
- .. Congruente - com os objetivos fixados.

Isto equivale, conceitualmente, a uma idéia de processo, envolvendo ações e decisões políticas a respeito de objetivos sociais perseguíveis e imbricados, pois, com as bases ideológicas que as gestam e conformam.

A fixação portanto, de objetivos, para que sejam perseguíveis e operacionalizados ao longo do processo tem, como base inicial, a própria orientação político-administrativa que lhe sustém, e obviamente esta primeira tomada de posição envolve, de imediato, um compromisso muito mais amplo com o conhecimento que já se tenha e/ou se deva ter do problema (fig. 1, campo I, blocos A, B e C), em contraposição à tradicional opinião pessoal de um só indivíduo - seja técnico ou político - no processo decisório.

O modelo que se persegue deve, portanto, procurar ser:

- . abrangente, interagindo com os demais processos extra-Prefeitura (bloco 4), quer no nível setorial (das Secretarias de Estado),

quer ao nível regional (SUDENE, RMS), quer no plano nacional (CNPQ, Ministérios, BNH), etc.;

.. produtivo, convergindo para a necessidade de fixar desde suas etapas iniciais (bloco E), produtos terminais de ação imediata, de modo a alimentar a administração, ao invés da perspectiva de esperar que o ciclo se complete (campos I a V), para só então fornecer respostas mais operacionais;

. aberto, englobando na seleção de alternativas, não só a opinião dos técnicos envolvidos, mas também a participação externa, tanto de técnicos quanto da comunidade, de modo a que o teste de aceitabilidade se dê a partir da concepção da proposta, e não apenas *a posteriori*, já na fase de implantação, quando os riscos de rejeitabilidade podem comprometer investimentos a custos socialmente elevados (IV, bloco J);

. dinâmico, estabelecendo na medida do possível, mecanismos de realimentação (*feedback*) através da atualização periódica de dados e estudos, além da checagem dos objetivos, que não só tendem a se desatualizar no tempo, e sofrer o impacto dos insumos da realidade objetiva — ao serem implantados (V, bloco M) — assim como do processo mais amplo a nível regional e nacio

nal (bloco H) -- que por seu turno é tam-
bém dinâmico e sofre alterações em seus
objetivos, políticas e programas, com sensí-
veis repercussões no quadro urbano-local.

Face a estes objetivos, a ótica desenvolvida
é a de um processo de planejamento que vai, de início, se
fixar e orientar por planos e projetos, mas que não vai to-
má-los estaticamente no tempo, pois, como se detalhará em se-
guida, estes planos e projetos nada mais são que produtos
terminais por etapas do que agora se entende e convencionou
chamar de PLANDURB (Plano de Desenvolvimento Urbano), sem dú-
vida uma denominação político-administrativa com alto grau
de simplificação ante o pretendido, que é a fixação de dire-
trizes, estratégias e metas para o desenvolvimento urbano de
Salvador, através etapas sucessivas, interdependentes e com-
plementares, onde os maiores graus de complexidade pres-
supõem maiores escalas de tempo e diferenciados níveis de in-
tervenção.

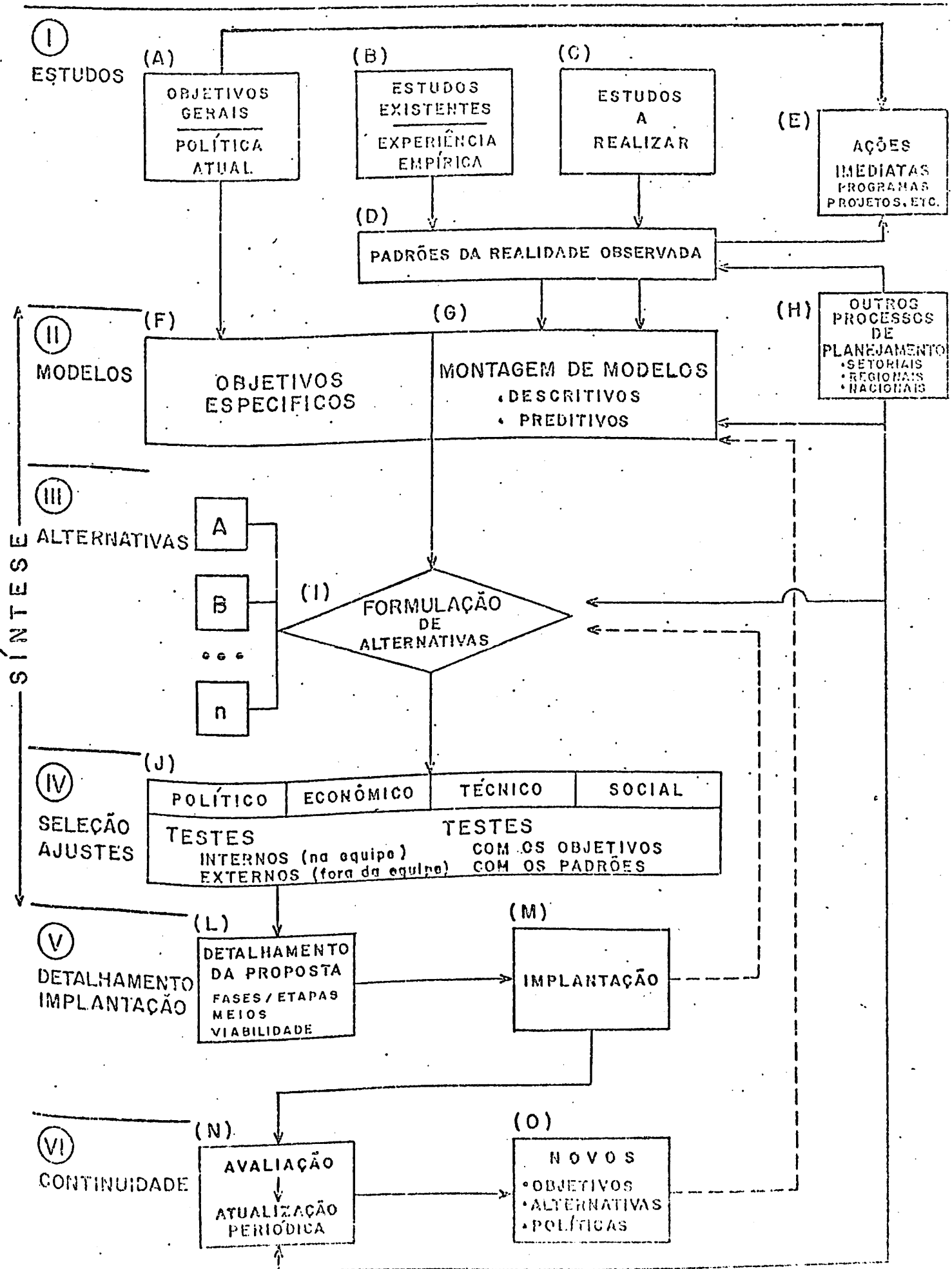
O que em verdade se fixa, a partir de alguns
parâmetros pré-definidos, é:

- . a necessidade de internalizar o processo
de planejamento na Prefeitura, o que re-
quer tempo de ajustamento da máquina às es-
calas de aproximação pretendias ao obje-
to: a Cidade do Salvador;
- . a impossibilidade de absorver um modelo
"completo", com todas as variáveis tidas
como intervenientes no fenômeno, fato com
provadamente inesgotável no plano teóri-
co e operacionalmente inviável a ní-
vel prático;

. a existência de restrições oriundas da disponibilidade de recursos materiais e humanos, aliada à remota possibilidade de, a curto prazo, ampliar-se demasiadamente o número de produtos terminais, sem que os meios reais existam ou possam ser mobilizados em prazos compatíveis.

FIG. 1

PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO



3. MODELO DE APROXIMAÇÃO AO OBJETO URBANO

3.1 - Pressupostos Fundamentais

- Existe um universo de análise cujas ramificações mais amplas não estão suficientemente esclarecidas, quer a nível teórico quer a nível prático;

- Existe uma gama diversificada de informações e estudos, onde afloram algumas variáveis que permitem uma aproximação inicial à compreensão do objeto, suscitando níveis iniciais de intervenção que não venham a inviabilizar soluções em horizontes mais distantes, nem comprometam as ações de mais longo prazo;

- A correta capacidade de intervenção do poder público é função do próprio estágio de conhecimento, envolvimento e responsabilidade técnica e política nas ações de planeamento, implantação e avaliação dos resultados, que é aqui entendido como um processo que se dá por aproximações sucessivas no espaço e no tempo, ou seja, não se dá de uma única vez, numa única etapa, nem num único PLANO.

- A prática tem demonstrado que a ótica de elaborar planos, por mais exaustivos que tenham sido seus estudos e abrangente seu universo de análise, pouco tem contribuído às populações a que se destinam quando:

não são internalizados e/ou absorvidos pela administração responsável;

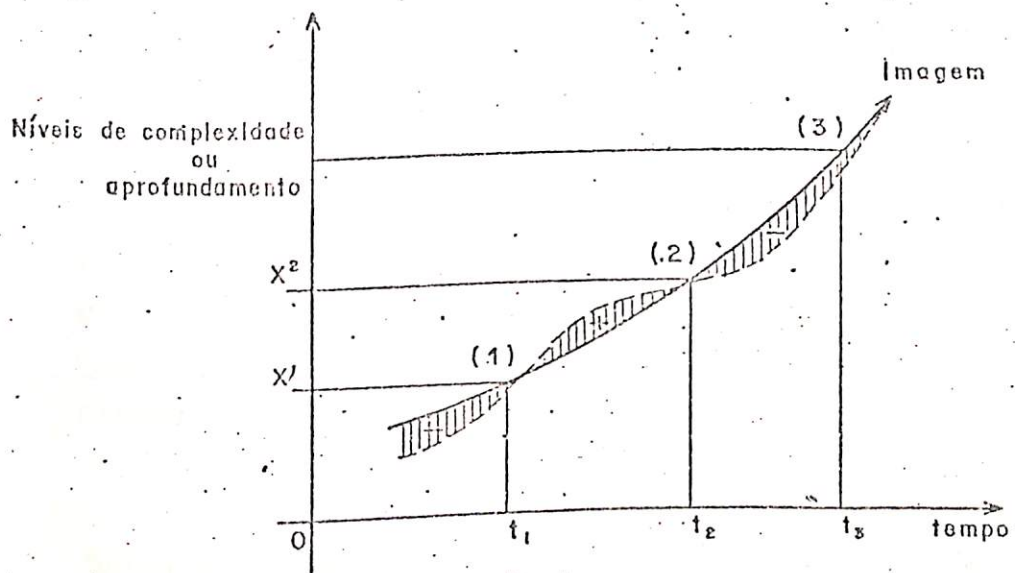
- não oferecem produtos para ação ao longo do seu curso, de modo a testar sua viabilidade prática de aceitação política e pública, ainda e durante o fazer e não a *posteriori*;

- não detalham suficientemente a(s) etapa(s) de implantação, a nível de projeto, de modo a repercutirem em nível e grau correspondente à eficiência ou eficácia sugeridas nas costumeiras "recomendações gerais";

- Um modelo é sempre um esquema de visualização, representação ou idealização duma situação real, que de forma simplificada busca explicitar as interrelações tidas como necessárias ao desempenho de um sistema. Neste sentido está implícito que a velocidade com que ele acontece, ou o grau de profundidade em que interage, depende sempre dos meios pelos quais é o mesmo operado, expressos quase sempre em recursos humanos e materiais;

- Esquemáticamente poderíamos assim explicitá-lo no tempo (graf. 1):

GRÁFICO 1

CONVENÇÕES

(1), (2), (3) etapas

—————> Caminho / produto projetado

- - - - -> Caminho / produto percorrido

+ , - Desempenho (posit., negat.)

3.2 - O Esquema de Abordagem

Estabelecidas estas definições básicas com relação ao processo, surge, para fins operacionais, a necessidade de estabelecer as metas concretas a serem temporalmente atingidas.

Neste sentido, seja para medir a eficiência do agente, seja para possibilitar a obtenção de recursos financeiros, seja para motivar a própria equipe; cumpre demarcar (delimitar) um plano, que é o instrumento através do qual o processo se manifesta, tanto em relação ao aparato administrativo, quanto em relação à comunidade.

Havendo sido anteriormente definido que o processo se dará por aproximações sucessivas, isto implica em que, para ser dinâmico — gerar ações e medidas a cada estágio — o plano tem que oferecer produtos terminais em momentos específicos e, para sua continuidade, ser alimentado por um fluxo permanente de informações. Emergem assim, como característicos do modelo, três subsistemas a saber:

- a) Subsistema de ESTUDOS - para coleta, triagem e produção de informações que alimentarão o processo, evitando que cada segmento se manifeste de forma estanque, independente ou isolada. São cinco os segmentos propostos neste subsistema:

- Estudos Exploratórios

Destina^m-se a proporcionar elementos de

juízo sobre o desempenho de variáveis consideradas relevantes, mas cujo comportamento depende muito mais da ação de níveis superiores de governo, ou por outra, não podem ter o seu curso modificado em curto ou médio prazo, ainda que este seja o desejo do planejador e do político.

- Estudos Informativos

Tratã-se aqui de capitalizar os esforços anteriormente realizados, em qualquer nível, âmbito ou época, para obter aquelas informações que possibilitem o enriquecimento do processo de análise da realidade.

Estarão também incluídas neste grupo as variáveis que devam ser contempladas com estudos específicos, se bem que sua importância resulte mais propriamente da necessidade de instruir a verificação de hipóteses relativas a estudos de natureza central. Englobará assim a análise de condições cuja ocorrência é circunstância fundamental para a viabilidade de modelos, políticas ou estratégias aventadas no âmbito dos estudos centrais, sem que no entanto tenham força suficiente para, de per si, serem enquadradas como tais ou, de outro modo, integrarem o grupo de estudos exploratórios, no sentido e amplitude com que foram aqui definidos.

- Estudos Centrais

Neste grupo, que se caracteriza pelo seu caráter básico e estratégico, devem estar incluídos os estudos que vão definir, *stricto sensu*, o novo curso de ação a ser seguido, dando corpo, por consequinte, ao modelo a ser desenvolvido.

Tratar-se-á aqui da análise dos elementos considerados fundamentais para a compreensão, interpretação e definição da manifestação do fenômeno urbano neste ponto específico do espaço que é a Cidade do Salvador. Devem estar deste modo abrangidos aqui, todos aqueles elementos (variáveis) de caráter universal ou particular, que pareçam ao analista corporificar, de modo essencial, a personalidade de Salvador como meio urbano, a saber, suas características, sua conformação, sua ambiência, seu valor e sua significação.

Este conjunto de estudos tem o caráter catalizador geral dos demais, admitindo-se que, ainda quando estes não ofereçam os insumos esperados (ou por outra, não se conclua em tempo os estudos centrais, com menor grau de generalização e abrangência, é claro), sejam suficientes ao cumprimento do objetivo almejado em uma etapa específica do processo.

- Estudos Especiais

Deverão estar aqui contemplados aqueles estudos que se refiram a tudo aquilo que na Cidade se destaque como peculiar e específico, e que deva ser preservado, valorizado, cuidado ou protegido, qualquer que venha a ser o modelo proposto, os vetores recomendados, os padrões indicados e as prioridades estabelecidas.

É certo que alguns dos elementos a serem aqui arrolados ocorrem também em outras cidades, como é igualmente verdadeiro que em nenhuma outra se manifestam com a mesma combinação específica ou com a forma peculiar, nem com a ênfase e oportunidade com que devem ser tratados, neste momento, em Salvador.

De certa maneira, e em boa medida, ao cogitar-se e definir-se, *a priori* (em relação ao plano) os elementos a serem contemplados neste grupo de estudos, se estará de alguma forma começando a delinear aquilo que virá a ser parte integrante e quiçá componente essencial do futuro da Cidade, ou, no mínimo, configurando prioridades administrativas.

Gerariam, portanto, programas cuja necessidade e justificativa são por assim dizer evidentes, e que não comprometem a Cidade, senão que asseguram - em tempo - melhor qualidade para o espaço urbano.

- b) Subsistema de PRODUTOS TERMINAIS - para a tender aos objetivos de modo a orientar as ações executivas (implantação) a médio prazo.

Considera-se aqui os produtos centrais do trabalho, consubstanciados na proposta de um modelo de crescimento e expansão urbana, seja do ponto de vista de uso do solo, seja do ponto de vista do sistema de circulação e transportes, bem como da legislação básica dele advinda.

Além disso, considera-se como produtos terminais os programas e projetos deflagrados em consonância com as diretrizes gerais e emanadas do andamento ou da conclusão de estudos e de outros produtos terminais.

Finalmente, um importante produto terminal é a definição de novos objetivos específicos de estudo, principalmente no que toca ao detalhamento e à programação das etapas seguintes do processo, visando a efetiva implantação das recomendações e a rotinação do processo de planejamento.

- c) Subsistema de AÇÕES - emanadas do processo e configuradas como políticas, programas e projetos, alimentando a máquina administrativa e complementando o ciclo através da implementação, que abre caminho à avaliação dos produtos e à realimentação do próprio processo.

Os três subsistemas citados compõem as etapas da execução do Plano, entendidas aqui no seu caráter dinâmico, em que não apenas cada etapa subsequente incorpora e reti-ratifica a anterior como, em cada etapa, são deflagrados estudos diretamente relacionados apenas com as etapas subsequentes.

4 - CONDICIONANTES BÁSICAS

Ainda em caráter geral, entende-se que os trabalhos de planejamento a nível local estão delimitados por um conjunto de restrições prévias, as quais se convencionou distinguir entre condicionantes estruturais e condicionantes normativas, identificadas as seguintes para o caso específico de Salvador, neste momento:

4.1 - Estruturais

a) O sistema político-administrativo

O sistema político-administrativo, vale dizer, a macroestrutura institucional do País é uma condicionante de natureza estrutural que precisa ser considerada em sua exata dimensão. É ele quem nos indica o campo específico da natureza e tipo de intervenções possíveis, os princípios legais básicos a que se deve ater o planejamento, os institutos e os procedimentos que se precisa respeitar, e a própria amplitude do plano.

Não quer isto dizer que o sistema seja estático ou que seus componentes devam ser vistos como variáveis independentes. É preciso absorvê-lo em seu processo dinâmico

e, neste sentido, será considerado quando se trate das condicionantes normativas.

b) O processo de desenvolvimento sócio-econômico

A forma e a época em que se deu a inserção da área objeto de estudo no processo econômico, em suas diversas etapas, gerou a dinâmica própria e específica que condiciona as manifestações atuais que o processo de desenvolvimento tem entre nós.

Assim, não apenas a composição da estrutura produtiva, como também as características do mercado de trabalho e do sistema de estratificação são derivados deste processo e apresentam características que não se alteram a curto ou a médio prazo. Pelo contrário, são as modificações que estão ocorrendo hoje neste subsistema que darão a forma e a intensidade com que tais elementos estarão se manifestando quando da vigência do plano, porquanto têm maturação demorada.

c) O processo de desenvolvimento sócio-cultural

Da mesma forma que no caso anterior, também no âmbito sócio-cultural as mudanças não se processam senão no espaço de uma geração ou talvez mais.

Por outro lado, se em relação ao âmbito sócio-econômico as etapas recentes tendem a uma dinâmica modernizadora — no que se refere ao uso de tecnologia, bens produzidos, relações de trabalho, etc. — o âmbito sócio-cultural pode, ao inverso, revelar idiosincrasias, valores peculiares a certos grupos e outros elementos amplamente merecedores de proteção e defesa, porque capazes de darem, senão a marca específica do lugar, pelo menos especificidades a serem respeitadas. Não obstante, podem ser detectadas também manifestações que se revelem negativas.

De uma forma ou de outra, tais valores e atitudes é que vão dar o espectro das necessidades percebidas e das aspirações da população.

d) Evolução demográfica e migrações

Mesmo classicamente, o comportamento das estruturas demográficas da população será a objeto de considerações no âmbito de um plano.

Embora tratando-se de uma variável cujo comportamento não pode ser alterado em pouco tempo, e ainda quando sabendo-se que o seu controle escapa ao nível municipal, a sua consideração resulta estratégica na me

dida em que pode se tornar significativo ponto de estrangulamento para o desenvolvimento da área, pela pequena capacidade financeira do Município, pela escassez de recursos naturais, ou pela incapacidade de absorção de novas populações, sem que haja prejuízo ou deterioração da qualidade de vida da população existente e do espaço urbano por ela ocupado.

Neste particular, o conhecimento dos fluxos migratórios se reveste da maior importância, e o fato de integrarmos um contexto metropolitano pode tornar viáveis políticas específicas de localização das populações migrantes, ainda e mesmo que a área não deixe de ser ponto focal do crescimento urbano por força da atração de correntes migratórias.

4.2 - Normativas

a) As diretrizes nacionais de política urbana

Havendo apenas agora começado o País a estabelecer uma política nacional de desenvolvimento urbano, cujo agente é a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU, não é de estranhar que inexista entre nós a tra-

24

dição de planejamento urbano, pelo menos no sentido abrangente e dinâmico que se está pretendendo para Salvador, sendo por demais incipiente o acervo de instrumentos — sobretudo legais — existentes para dar guarida a proposições mais concretas e objetivas resultantes de modelos normativos de planejamento urbano.

Neste sentido é de notar-se contudo as preocupações recentemente manifestadas pelo Governo Federal em relação ao fenômeno urbano, do que tem resultado ações e medidas inovadoras, dentre as quais se inscreve a própria criação da CNPU, mas que também abrange a criação das regiões metropolitanas, dando-nos assim a impressão de que novos instrumentos poderão vir a ser acionados no sentido de que o setor público ganhe condições de deflagrar ações mais consistentes e eficazes em defesa das condições de vida em nossas cidades.

Entende-se desta forma que o plano deverá propositadamente incursionar no campo das medidas e ações inovadoras e atualizantes do papel do Estado no que se refere ao fato urbano.

b) Estratégias, Políticas e Programas Nacionais, Regionais, Estaduais e Metropolitanos

O papel do Município no processo de desen

volvimento do País, macroregião, estado-membro ou micrôregião deve ser aqui encarado na medida em que a sua ação deva suplementar e/ou complementar as definições adotadas nos níveis superiores de governo e administração. Ressalte-se contudo que compatibilização não pode ser entendida como sinônimo de uniformidade. Assim, devem em qualquer hipótese ser ressalvadas as peculiaridades e os interesses especificamente locais.

Tenha-se presente também o problema e a necessidade de encarar de modo objetivo e sistemático a discriminação de competências entre os níveis de governo que compõem a Federação.

Do ponto de vista do município, importa a definição do seu papel em relação a cada área específica de interesse local ante as estratêgias, políticas e programas estabelecidos nos níveis superiores, o que não pode contudo ser uma atitude meramente receptiva nem unilateral, admitindo-se que o nível local (urbano-municipal) deva provocar nos níveis superiores de governo as decisões que, sendo do seu interesse particular, encontram-se no âmbito de competências mais elevado, por envolver graus de complexidade e níveis de generalidade maiores. Neste sentido, ressalta a considera

ção do IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (75/79), que inscreve o desenvolvimento urbano entre os grandes temas de hoje e de amanhã, contemplando-lhe, por isto mesmo, com políticas específicas.

2ª PARTE

PLANDURB - DEFINIÇÃO DOS TRABALHOS

1. *Imagem e Objetivos*
2. *Produtos Desejados*
3. *Insumos Necessários*
4. *Estudos a Realizar*
 - 4.1. *Considerações Gerais*
 - 4.2. *Estudos Exploratórios*
 - 4.3. *Estudos Informativos*
 - 4.4. *Estudos Centrais*
 - 4.5. *Estudos Espaciais*

1 - IMAGEM E OBJETIVOS

O propósito do plano a ser elaborado é perseguir a melhoria da qualidade de vida da maioria da população urbana de Salvador.

Parte-se de uma definição clara pela ênfase no desenvolvimento social, entendido não apenas como o conjunto de equipamentos que costumam ser tomados, equivocadamente, como indicadores de sua concretização, mas sobretudo como defesa das condições gerais da Cidade em seu todo - densidades, usos do solo, infra-estruturas, equipamentos, serviços, lazer, circulação, abastecimento, funções bem definidas e especificadas, tudo isto dentro do marco de humanização e de equilíbrio estrutural entre todas as zonas.

Se é desejável uma redistribuição espacial dos investimentos públicos, esta não prescinde de uma abordagem global da Cidade — haja visto sua natureza e complexidade — para identificar em que, como, quando, quanto investir.

Esta colocação do problema vem bem ao encontro das preocupações de importantes segmentos da população, em particular daqueles que operam mais diretamente com a problemática urbana e com as cruciais questões do desenvolvimento e do meio ambiente, conforme pronunciamentos recentes — que se inscrevem entre os muitos de maior ou menor abrangência e especificidade que têm sido feitos — a saber:

- o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia, através do documento "O IAB-Ba diante da problemática urbana e metropolitana de Salvador", junho/75;
- o Clube de Engenharia da Bahia, através do documento "Uma Abordagem de Problemas Urbanos da Cidade do Salvador", junho/75;
- as Associações e Entidades de Classe de diversas categorias profissionais de nível superior através da "Carta Aberta ao Prefeito da Cidade do Salvador", Tribuna da Bahia, 26 de julho de 1975;
- a Associação dos Dirigentes das Empresas da Indústria Imobiliária da Bahia, através do seu of. nº 1, de julho/75;
- a Comunidade Cultural através dos "I Seminários de Cultura da Cidade do Salvador, Relatório Final", julho/75.

O Quadro I apresenta uma listagem dos principais itens abordados nos documentos referidos, havendo em todos eles uma nítida ênfase na afirmação de que a Prefeitura deve pautar suas ações no sentido de manter sob controle as manifestações físicas do processo sócio-econômico que está ocorrendo na área, buscando-se minimizar seus reflexos negativos sobre o meio ambiente, se bem estejam subordinados a enfoques e interesses não necessariamente compatíveis entre si.

Os pronunciamentos anotados dão bem a idéia

QUADRO I - ASPECTOS ABORDADOS EM MEMORIAIS ENCAMINHADOS À PREFEITURA

IAB-Ba	CEB	PROFISSIONAIS LIBERAIS	ADEMI-Ba	SEMINÁRIOS DE CULTURA
<ul style="list-style-type: none"> - Uso do solo - Estrutura Viária e Equipamentos de Base - Preservação do Patrimônio Histórico da Paisagem Natural - Áreas Verdes e Lazer - Poluição - Tributação e Especulação Imobiliária - Improvisação de Obras - Inexistência de Planejamento - Participação da Comunidade - Habitação 	<ul style="list-style-type: none"> - Encostas - Saneamento <ul style="list-style-type: none"> . drenagens de águas pluviais . limpeza urbana - Construções Verticais - Transporte Coletivo Urbano - Uso do Solo - Inexistência de Planejamento - Participação da Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Habitação <ul style="list-style-type: none"> . desabrigados . encostas - Poluição <ul style="list-style-type: none"> . destruição das áreas verdes . sonora . visual . lixo - Saúde Pública e Saneamento - Comercialização e Abastecimento Alimentar - Educação - Menor Abandonado - Transporte de Massa - Inexistência de Planejamento - Participação da Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Progresso X Poluição - Importância da Construção Civil - Descompasso entre a estratégia de crescimento acelerado e as políticas de ordenamento urbano - Descompasso entre a política urbana e correspondentes mecanismos fiscais e financeiros - deficit habitacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de espaços para as diversas manifestações artísticas; - reaproveitamento de monumentos sub-utilizados, assim como de locais e equipamentos sub-utilizados; - descentralização do planejamento por bairros; - controle da invasão pública, inclusive nas edificações e obras públicas; - incentivo à maior participação dos artistas e técnicos, através de concursos; - criação de um Laboratório de Morfologia Urbana; - promover a integração física, nos loteamentos da área de play-ground e áreas verdes com a área destinada a escola; - impedir o desmembramento parcelado de áreas que venham a prejudicar um planejamento global de espaços.

da expectativa existente em relação à escala de urgências a que deve buscar responder o PLANDURB.

Além do mais, se considerarmos que simultaneamente começa a ter lugar, a nível metropolitano, a sistematização de um modelo de desenvolvimento sócio-econômico-espacial para a área⁽¹⁾, resulta clara, a nível municipal, a opção por uma primeira etapa de natureza fundamentalmente urbana.

No nosso caso específico, deve-se atender logo ao primeiro momento e com urgência absoluta, à definição de um modelo de crescimento não somente compatível com as necessidades da atual população — notadamente as localizadas em áreas carentes de capital social, serviços públicos e infra-estrutura básica — mas também quanto à localização de equipamentos de porte (comercial, industrial e de serviços), que não apenas condicionam a organização futura do espaço urbano pela polarização espacial que sugerem, como podem comprometer de forma irreversível a própria qualidade de vida na Cidade.

Isto posto, a preservação da Cidade-Monumento que é Salvador, a par com a correção do desequilíbrio que se estabeleceu em relação à qualidade de vida de parcelas significativas de sua população, é não apenas dependente de variáveis de níveis diferenciados. As próprias popula

(1) Presentemente a CONDER elabora estudos relativos ao PMD - Plano Metropolitano de Desenvolvimento, envolvendo definições de caráter macroespacial.

ções a que se destinarão as ações estão espacialmente distribuídas em subunidades com elementos característicos e graus de complexidade distintos.

2 - PRODUTOS DESEJADOS

À vista dos objetivos estabelecidos, foram de finidos dois importantes produtos terminais, relacionados ambos com o partido de expansão e organização espacial, além de outros complementares ou paralelos, cumprindo estabelecer portanto:

- 1 - a fixação de um modelo de ocupação físico-territorial, capaz de atender ao crescimento demográfico, cumulativamente com a adoção de padrões capazes de assegurar a preservação e melhoria da qualidade de vida na Cidade, com particular ênfase para a grande parcela que é a população de baixa renda.

Tal preocupação tem em vista possibilitar, liminarmente, o controle de situações críticas que começam a ser observadas e sentidas, inclusive pela população em geral, como consequência da substituição do controle urbanístico adotado pelo EPUCS, a partir do Código de 1966, com visiveis alterações no meio ambiente urbano, a exemplo do que se passa em bairros como Canela, Graça, Barra, etc.

Por outro lado, ocorre que, se em bairros como os citados a violência representada pelo elemento construído ofende, inclusive visualmente, até ao homem comum, simultaneamente e dentro do mesmo processo, novas frentes de substanciais alterações do contexto urbano estão se dando,

no mesmo e em outros sentidos, com implicações ainda maiores, sem que hajam contudo se tornado perceptíveis, mesmo a nível técnico, por falta de estudos, normas e padrões anteriores que os permitam detectar, como no caso da Península Itapagipana, Subúrbios Ferroviários, etc. (3)

Paralelamente a esta necessidade de controlar a ocupação em áreas onde ela já se revela ou possa vir a se tornar excessiva ou perniciosa, ressalta a necessidade de atribuir especial atenção às alternativas locacionais das populações de baixa renda, pelo volume que representam em ocupação de espaço, suas relações com os locais de trabalho, características peculiares de vida e qualidade do meio ambiente urbano em que vivem ou virão a ocupar.

Outrossim, cumpre oferecer alternativas para as atividades de construção civil, que a par de seu dinamismo e significação econômica resulta ser, nas áreas urbanas, uma das mais importantes fontes de absorção de mão-de-obra carente de qualificação.

Do ponto de vista analítico, entende-se que este produto deva ser basicamente morfológico — devido às características específicas do sítio — o que não significa a eliminação de critérios complementares de igual importância, dentre os quais e muito especialmente cumpre destacar os custos de urbanização e o aporte dos elementos de natureza sócio-cultural.

(3) Pois até o atual Código de Urbanismo e Obras nivela, se não homogeneiza, o entendimento e o padrão de exigências quanto a índices, taxas, e até uso do solo, por vastas extensões do território urbano, sem que haja qualquer argumento ou análise plausível para que tal orientação subsista.

2 - definição de subunidades espaciais, para fins estudo, gestão e intervenção, segundo prioridades gerais e políticas específicas.

É compreensível a necessidade de reexaminar as subdivisões do espaço municipal, sejam elas políticas, administrativas, físicas, etc., de forma independente e paralela ao zoneamento de uso do solo propriamente dito, de maneira a adequá-las à realidade sócio-econômica, à hierarquia funcional dos espaços, ao nível de percepção das populações e às próprias dimensões físicas atuais da Cidade, entre outras variáveis.

Para cada uma das subunidades então estabelecidas viriam a ser fixadas prioridades espaciais de intervenção, segundo critério ordenado que se cruzaria com as prioridades setoriais, superando-se assim a abordagem simplesmente compartimental existente.

Cada área deverá ainda ser objeto de definições em função de suas características (conjunto de indicadores), uma vez que, independentemente da tendência geral de crescimento da Cidade, apresenta conotações específicas, comportando políticas alternativas, adotadas as seguintes como hipótese de trabalho:

Promoção - abrangendo basicamente áreas de expansão físico-territorial ou vazios a serem ocupados no interior do tecido urbano;

Dinamização - envolvendo áreas parcialmente o

cupadas ou de fracas densidades, assim como novos núcleos de produção e serviços;

Conservação - a ser aplicada em áreas que apresentem padrões de ocupação e/ou funcionamento compatíveis com as características específicas de urbanização em Salvador e cujas qualificações seja adequado manter;

Contendo - áreas onde o crescimento, a especulação imobiliária, o adensamento demográfico, o volume de tráfego e outras características equivalentes, ameacem ultrapassar os limites considerados adequados aos padrões de Salvador;

Recuperação - áreas cuja infra-estrutura, tipologia de habitação e padrão de serviços se apresentem merecedores de uma intervenção mais substancial, objetivando restabelecer níveis anteriormente existentes ou mínimos encontrados para a Cidade como um todo.

A esta classificação tipológica necessariamente se superporá, no caso específico de Salvador, a política de preservação a ser aplicada aos conjuntos e sítios componentes do acervo urbanístico-cultural que se constituem um dos atrativos turísticos, como marcos de referência da Cidade.

3 - proposta de adequação da legislação básica vigente.

O novo modelo de desenvolvimento urbano deve

47

rã levar a modificações não apenas na legislação urbanística — Código de Urbanismo e de Obras, leis específicas de caráter complementar — mas também a alterações substanciais no Código Tributário e de Rendas, assim como no Código de Posturas (Polícia Administrativa), de modo a poder-se contar com estímulos/desestímulos à ocupação, uso, desenho, etc., do solo de forma coerente e integrada.

No âmbito dos trabalhos do PLANDURB, no entanto, prevê-se apenas a elaboração de uma nova legislação de uso e ocupação do solo e que sem dúvida apresenta a maior prioridade em termos do planejamento urbano de Salvador.

4 - definição de programas e projetos

Incluem-se aqui as indicações e recomendações que, por valorizarem as peculiaridades da Cidade ou, por outra, não interferirem com o conteúdo e a forma do plano - haja visto a imagem pré-estabelecida - foram ativadas, para alimentar a máquina administrativa e tirar partido de oportunidades inaproveitadas ou subutilizadas. Incluem-se aqui, também, os Estudos Espaciais e os Grandes Projetos, componentes da 3a. Etapa do PLANDURB.

5 - indicação de novos objetivos específicos de estudo

Como tal se entende a definição de novas áreas de interesse, identificadas no decorrer ou em razão da etapa já desenvolvida, devendo em particular incidir no deta

lhamento e formulação da proposta de execução das etapas sub_{seq}uentes do processo de planejamento.

3 - INSUMOS NECESSÁRIOS (fig. 2)

Entende-se que os produtos desejados demandam insumos básicos bem definidos, independentemente de outros que possam enriquecer e ampliar o conhecimento da problemática e permitir maior aprofundamento na análise. Objetivando especificar os primeiros, chegou-se às seguintes indicações:

Produto 1: Modelo de Ocupação Físico-Territorial

- Insumos Básicos:
- Habitação
 - Evolução Física/Vetores
 - Imagem Ambiental Urbana
 - Circulação Urbana/Sistema Viário
 - Áreas Disponíveis/Terra Pública
 - Projeções Demográficas
 - Infra-Estrutura em Rede
 - Densidades/Níveis de Renda
 - Distribuição do Terciário
 - Distribuição e Características do Secundário
 - Índices Urbanísticos

Produto 2: Definição de Subunidades Espaciais

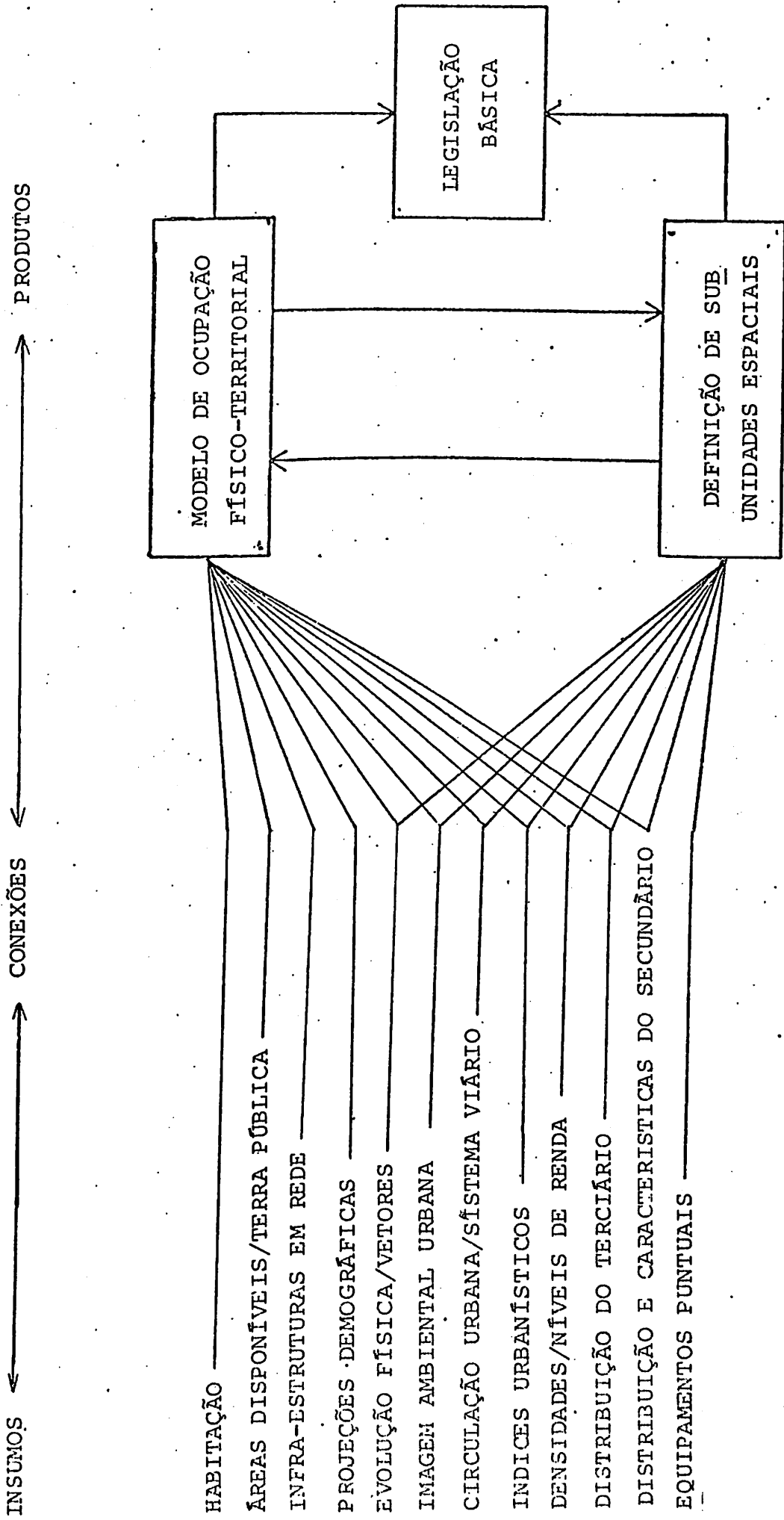


Figura - 2

- Insumos Básicos:
- Distribuição do Terciário
 - Distribuição e Características do Secundário
 - Equipamentos Puntuais
 - Densidades/Níveis de Renda
 - Circulação Urbana/Sistema Viário
 - Imagem Ambiental Urbana
 - Evolução Física/Vetores

Produto 3: Legislação Básica

- Insumos Básicos: - Produtos 1 e 2

O Produto 4 - Programas e Projetos, resulta da conclusão dos estudos respectivos.

O Produto 5 - Novos Objetivos Específicos de Estudo, refere-se ao detalhamento das próximas etapas do processo de planejamento e sua definição depende do cumprimento da presente etapa.

Note-se que foram arrolados, em relação aos produtos 1 e 2, apenas os insumos considerados, em cada caso, mais relevantes. Entende-se contudo que todos os estudos alimentarão, ainda que indiretamente, cada um dos referidos produtos..

4 - ESTUDOS A REALIZAR

4.1 - Considerações Gerais

Diante da urgência existente com vistas ao estabelecimento de um partido para o crescimento e organização da Cidade — cujos padrões vêm sendo modificados aleatoriamente, por conta das pressões decorrentes do crescimento industrial, das migrações e do turismo, entre outras causas — optou-se por uma programação do estudo que, por aproximações sucessivas, adotará em sua primeira etapa uma metodologia objetiva e pragmática, tomando-se como base os estudos existentes, a experiência local e assessorias técnicas especializadas.

Os estudos existentes serão todos objeto de consideração e análise, levando-se em conta, em relação a cada um deles, a época, os objetivos e a ótica com que foram realizados.

Dentre estes cabe distinguir, de imediato, dois grupos:

Grupo I - Fase Antiga:

- a - Plano do EPUCS
- b - Estudo Preliminar da RMS
- c - Termos de Referência (Vários)
- d - Plano de Turismo do Recôncavo,
etc.

Grupo II - Fase Recente:

- a - Diagnóstico Urbanístico da RMS
- b - Estudo de Abastecimento Alimentar
- c - Plano Diretor da Orla Marítima
- d - Plano Diretor de Abastecimento de Água etc.
- e - Estudo de Uso do Solo e de Transportes para a RMS

A experiência local deverá ser usada de duas maneiras: através do recrutamento de equipes e profissionais para a elaboração de estudos específicos, e mediante a realização de reuniões técnicas — com a participação aqui também das entidades de classe — para discussão de aspectos da problemática urbana em geral, e do encaminhamento das soluções em particular.

As assessorias técnicas especializadas serão usadas, de preferência, em caráter individual, de modo a poder-se absorver a experiência e a capacidade técnica existentes, a nível nacional.

Os três elementos mencionados serão utilizados em relação a cada um e todos os estudos a realizar, fixados tendo em vista as condicionantes básicas e os insumos necessários, identificados no presente documento.

A respeito de cada estudo procede-se a comentário sumário, tendo em vista dar uma primeira idéia quanto a seus objetivos, alcance e pontos de referência mais impor

52

tantes, quando existentes⁽⁴⁾.

4.2 - Estudos Exploratórios

a) Evolução Demográfica

Trata-se, mais propriamente, da consolidação de vários estudos existentes, em particular, daqueles desenvolvidos pelo CEBRAP para a CONDER (Projeto Agropecuário do Recôncavo) e dos que vêm sendo elaborados pelo Centro de Recursos Humanos da UFBA, além de outros trabalhos isolados, cuidando-se de complementá-los e integrá-los, de forma a dispôr-se de um marco de referência concreto e específico para as projeções, relações e análises necessárias às propostas do Plano.

4.3 - Estudos Informativos

a) Levantamento do "Plano Mário Leal"

Trata-se de importante material de referência, resultante dos trabalhos desenvolvidos pe

(4) Os estudos a seguir indicados, estão classificados segundo o modelo a que se refere a la. Parte desta proposta.

lo antigo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, há cerca de três décadas, os quais não eram contudo do conhecimento público, embora hajam sido utilizados, não apenas como fundamento da legislação urbanística adotada em 1948, como na recente ampliação do sistema viário (avenidas de vale).

O trabalho de levantamento deste acervo, teve como objetivo não apenas a compilação da documentação existente em poder da Prefeitura, mas também em mãos de particulares e instituições, resultando em:

- publicação de uma monografia sobre o EPUCS;
- duplicação e arquivamento do material para impedir o desaparecimento do acervo;
- determinação de partes, capítulos, plantas ou outros elementos que apresentassem ainda validade e importância em função do plano a ser elaborado.

b) Evolução Física Urbana

O objetivo é levantar o processo de expansão física da Cidade, sua forma de ocupação, com especial atenção aos seguintes aspectos:

- sítios históricos (conjuntos urbanos)
- monumentos arquitetônicos isolados

- evolução demográfica comparada
- ciclo econômico correspondente.

Em verdade as etapas de crescimento do tecido urbano necessitam, para sua correta caracterização no tempo, de uma síntese (por período analisado) que englobe, não só o aparecimento e até desaparecimento de obras significativas, assim como o volume demográfico e as atividades econômicas que conformaram na época correspondente.

Este estudo está sendo elaborado com base no acervo já existente no Centro de Estudos para a Arquitetura Baiana - CEAB, da UFBA (faculdade de Arquitetura), de modo a possibilitar sua sistematização, complementação e divulgação.

c) Disponibilidade de Terras Públicas e Particulares

Tem por objetivo quantificar a disponibilidade de terra para edificações, tanto no interior do tecido urbano atual quanto na zona circunvizinha, de modo a permitir, quando considerada conjuntamente com outros estudos, a formulação de hipóteses alternativas para a estratégia de expansão urbana.

Deu origem a importantes subprodutos, como o conhecimento dos loteamentos aprovados, a

maioria dos quais nunca chegaram a ser implantados, embora envolvam o comprometimento de grandes glebas, ora sem gerar ocupação efetiva, ora dando lugar a uma pressão expansionista da malha urbana, comprometendo os orçamentos públicos com uma irracional extensão dos serviços e infra-estruturas.

Paralelamente, e de forma complementar, procurou-se levantar o volume, a localização e as condições físicas, jurídicas e de uso dos terrenos de propriedade do Município, a fim de possibilitar a consideração deste dado em função das políticas e estratégias a serem estabelecidas.

d) Infra-Estruturas em Rede

Trata-se aqui de um levantamento preliminar das redes de infra-estruturas existentes na cidade, objetivando-se conhecer quais as zonas e parcelas da população atendida, a capacidade global do sistema e de seus subsistemas principais, fatores de estrangulamento dos serviços, programas de ampliação e melhoria, etc.

Este estudo se inclui devido à impossibilidade de se dispor, para esta primeira etapa, das informações cadastrais a serem levantadas tendo por isso mesmo caráter genérico e introdutório.

e) Equipamentos Puntuais

Cogita-se de conhecer a natureza, variedade e grau de complexidade dos equipamentos públicos de caráter pontual, de modo a observar-se, em sua ocorrência, os padrões, características e critérios locacionais adotados, assim como identificar-se, em relação às condições atuais, implicações relativas ao funcionamento da Cidade.

f) Índices Urbanísticos

O objetivo deste estudo é conhecer os índices urbanísticos que se verificam nos padrões típicos de ocupação ocorrentes no tecido urbano consolidado de Salvador.

Na impossibilidade de se realizar um levantamento exaustivo, optou-se por relacionar módulos de análise de maneira tal que sejam representativos das diversas faixas de renda, tipos de ocupação e características topográficas.

g) Sistema de Informações de Edificação Licenciada

Tem por objetivo o estudo das informações constantes dos alvarás de licenciamento de edificações nos últimos 5 anos, bem como o estabelecimento das bases para a montagem de um sistema de acompanhamento anual destas informações,

possibilitando a verificação contínua das previsões e proposições de uso e ocupação do solo.

4.4 - Estudos Centrais

a) Imagem Ambiental Urbana

A rigor este estudo corresponde a uma "análise visual" mais sistematizada do meio ambiente urbano, não só classificando tipologicamente os elementos-partes componentes do atual cenário de Salvador, como até recorrendo à história (evolução física, inventário do acervo cultural, etc.) para identificar, codificar, e destacar os marcos de referência de monumentos culturais passados, de modo a preservá-los em legislação pertinente.

Cumprе destacar que esta "análise visual" compreende também a verificação das interrelações entre a paisagem construída e a natural, tais como:

- perfil urbanístico existente e tendências
- cones de visão (exterior - interior)
- espaços abertos e fechados;
- texturas e coloração urbana;

- vegetação e ocupação do espaço;
- tipologia de construção etc.

b) Habitação

O objetivo do estudo é identificar o uso habitacional quanto a dois aspectos básicos:

- tipologia habitacional
- intensidade de uso

A tipologia habitacional obedece a uma classificação previamente estabelecida, quanto a qualificações relativas aos padrões típicos de edificações habitacionais verificadas em Salvador.

A intensidade é dada por uma relação do tipo "densidade" (unidade/área, população/área, etc.) de modo a se identificar as zonas concentradas, rarefeitas, superutilizadas, subutilizadas, etc.

Este estudo tomou como ponto de partida o trabalho da CONDER - Diagnóstico Urbanístico da RMS -, complementando e acrescentando as informações necessárias.

c) Circulação Urbana e Sistema de Transportes

O estudo compreende uma análise da circulação

de veículos, pessoas e cargas no espaço urbano, assim como suas relações com o sistema viário atual.

Num primeiro nível de abordagem procurou-se identificar:

- intensidade de circulação (veículos e pessoas).
- capacidade das vias
- terminais e estacionamentos
- pontos de estrangulamento/conflitos
- circulação dos transportes coletivos (rotários, terminais, equipamentos, etc.)

Em princípio um maior detalhamento será exigido na zona central e adjacências, assim como em alguns centros secundários, cujos limites estão sendo estabelecidos no âmbito do estudo.

Procurou-se evitar duplicidade de pesquisas com o Estudo de Uso do Solo e de Transportes, para a RMS, executado a nível metropolitano, tratando-se ademais de promover a necessária integração entre ambos.

Num segundo nível de abordagem, este estudo desenvolve-se em estreita ligação com a definição

ção da Estrutura Urbana proposta, procurando integrar o sistema de circulação e o uso do solo.

d) Densidades e Níveis de Renda

Cuida-se aqui de conhecer a manifestação atual destas duas importantes variáveis no ambiente urbano de Salvador, para inteirar-se de suas implicações em relação aos diversos aspectos da problemática estudada.

O conhecimento das características destas duas variáveis, analisadas conjunta e isoladamente, serve de base não apenas para a formulação de hipóteses específicas de trabalho, como será também de ponderável importância para a definição de políticas e estratégias alternativas de ação.

e) Caracterização do Sítio Urbano

Este estudo visa conhecer e analisar os componentes naturais da paisagem através da identificação dos processos responsáveis e atuantes no modelo do sítio urbano de Salvador, além dos problemas por eles gerados.

Inclui a identificação dos mecanismos atmosféricos locais, orientação da drenagem, dinâmica das vertentes e a ação antrópica como fator a celerador dos processos morfogenéticos da área, bem como a análise da compartimentação

topográfica e dos processos climáticos, hidro lógicos e morfogenéticos na interação da paisagem física de Salvador.

f) Distribuição espacial das atividades terciárias.

Trata-se de estudo que deverá levantar o atual padrão locacional das atividades terciárias na Cidade, de modo a possibilitar o conhecimento de suas tendências espontâneas de distribuição espacial, hierárquica e funcional, por ramos de atividades.

O estudo levou à identificação de subcentros em formação, suas especializações funcionais e características tipológicas, assim como o grau de complexidade dos tipos de estabelecimento e a importância de subsetores terciários específicos na organização espacial intra-urbana.

g) Características e distribuição espacial das atividades secundárias.

Tem por objetivo possibilitar um conhecimento preliminar do setor, em termos econômicos, e dos seus aspectos espaciais.

Do ponto de vista econômico cuidou-se de conhecer a composição do setor na área do Município, por ramos, e sua importância em relação à RMS e ao Estado, bem como as atividades

64

que foram aqui implantadas com incentivos do sistema 34/18 (SUDENE).

Do ponto de vista espacial procurou-se conhecer sua localização inter-urbana, assim como as implicações decorrentes da criação do Centro Industrial de Aratu, com parte de sua área incidindo sobre o território do Município.

4.5 - Estudos Especiais

a) Áreas Verdes

Partindo das áreas já identificadas no Decreto 4756/75 procurou-se proceder a uma revisão detalhada quanto aos seguintes aspectos:

- limites mais adequados quanto às situações de cada área, observando divisão fundiária, conformação do relevo, compromissos com edificações, etc.
- pré-definição vocacional das áreas quanto ao uso, quer quanto a possíveis vinculações e proximidades aos bairros da Cidade, quer quanto aos interesses metropolitanos de um modo geral.

Por outro lado, ampliou-se o ângulo destas áreas anteriormente definidas por um enfoque

puntual (localizadas em limites estanques), para um conceito de sistema mais ou menos contínuo de áreas verdes, onde estão englobados:

- as áreas do Decreto 4756/75;
- os sistemas de vales (encostas, grotões, etc.);
- os bordos da Cidade (nos seus limites com o oceano);
- as vias arborizadas, praças e jardins.

b) Poluição Industrial Urbana

Este tipo de poluição merece um cuidado especial, visto os prejuízos para a saúde da população, notadamente a da Cidade Baixa, na península Itapagipana.

Vale acrescentar que o diagnóstico deverá se centrar não só no grau de poluição e suas implicações para a população vizinha e/ou distante à indústria identificada, como arrolar o número de empregos, regime de produção, comercialização, etc., de modo a se proceder um rigoroso critério para a seleção de alternativas para cada caso e/ou conjunto deles, evitando o nivelamento de soluções sem a devida análise de variável social e seus reflexos.

3ª PARTE

SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS

1. *Considerações Preliminares*
2. *Elaboração dos Estudos Básicos*
3. *Elaboração e Avaliação de Alternativas*
4. *Legislação*
5. *Estudos Espaciais*
6. *Grandes Projetos*
7. *Indicações e Recomendações*
8. *Cooperação Técnica*
9. *Participação da Comunidade*

ANEXOS

- I - *Esquema de Publicação dos Trabalhos*
- II - *Trabalhos Publicados*

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As atividades de elaboração do PLANDURB têm sido desenvolvidas consoante a filosofia de trabalho proposta, dentro de um caráter processual e, portanto, dinâmico. Isto tem permitido contínuas reavaliações e redefinições em função do próprio andamento técnico dos trabalhos, das oportunidades estratégicas de intervenção na realidade, das necessidades e problemas da administração municipal e da experiência adquirida através das intervenções concretas que têm sido propostas.

A concepção inicial de se procurar estabelecer um processo, mais do que simplesmente apresentar um produto pronto e acabado, tem demonstrado na prática o seu acerto. Com efeito, a ênfase no treinamento de recursos humanos, a constante participação de técnicos da Prefeitura, e a gradativa absorção pela Prefeitura de parte dos técnicos contratados pelo ISP à medida que vão encerrando sua participação direta nos trabalhos do Plano (da mesma forma, alguns técnicos da Prefeitura que participaram dos trabalhos vão sendo reincorporados às atividades do OCEPLAN), já permite vislumbrar-se perspectivas de que os referidos trabalhos venham a provocar efetivamente um salto qualitativo no nível de aprofundamento e caráter processual do planejamento municipal.

Paralelamente, vão sendo tomadas medidas que permitem ao OCEPLAN desenvolver novas atividades, seja através da criação de novos grupos de trabalho, seja através

de modificações na própria organização administrativa do Órgão.

Cabe mencionar, por exemplo, a deflagração de estudos para a montagem do núcleo inicial de um sistema de informações para o planejamento, que vem sendo elaborados diretamente pelo OCEPLAN, utilizando técnicos que participaram do PLANDURB e foram recentemente contratados ou reincorporados ao quadro permanente do Órgão de Planejamento.

No que toca às intervenções sobre a realidade urbana de Salvador, alguns importantes benefícios já se fazem sentir, antes mesmo da conclusão dos trabalhos. A medida que os estudos avançavam foi possível estabelecer diversas recomendações, estudos e projetos, alguns já implantados, como, entre outros:

- . O Sistema de Estacionamentos Periféricos
 - . A Regulamentação de Uso e Ocupação do Solo para a Zona Homogênea da Pituba
- E em fase de implantação:
- . O Plano Inclinado Liberdade-Calçada
 - . O Programa de Obras e a Regulamentação de Uso e Ocupação do Solo da Zona Homogênea do Nordeste de Amaralina
 - . O Parque Metropolitano do Abaeté,
 - . O Programa de Canalizações de Tráfego
 - . O Binário Avenida Sete de Setembro/Rua Carlos Gomes

2 - ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS BÁSICOS

Dos dezessete estudos que compõem o elenco do PLANDURB (Quadro I), treze já se encontram concluídos: levantamento do acervo do Plano Mário Leal, Evolução Demográfica, já publicados; Áreas Verdes e Espaços Abertos, Habitação, Poluição Industrial Urbana, Índices Urbanísticos, Distribuição do Terciário, Sistema de Informações de Edificações Licenciada; Disponibilidades de Terras e Densidades e Níveis de Rendas, em fase de revisão final de texto, sendo que o Inventário de Loteamentos, anexo deste último já foi publicado; Imagem Ambiental Urbana, Características e Distribuição do Secundário, Infra-Estruturas em Rede, em fase de planejamento gráfico e normalização.

Continua em andamento o estudo de Equipamentos Puntuais que, após revisão do seu escopo, encontra-se em fase de complementação das informações levantadas.

Os estudos de Sítio Urbano e Evolução Física Urbana, a cargo respectivamente do Instituto de Geociências e do Centro de Estudos para a Arquitetura da Bahia (CEAB), também continuam em execução.

O estudo de Circulação e Transportes desenvolve-se *pari passu* com a Elaboração e Avaliação de Alternativas de Estrutura Urbana, tendo em vista a íntima relação entre uso do solo e transportes.

QUADRO I
ESTÁGIO ATUAL DOS ESTUDOS

ESTUDOS	SITUAÇÃO ATUAL		OBSERVAÇÕES
	CONCLUÍDO	TERMINO PREVISTO	
1) Evolução Demográfica	X		Participação do CRH(UFBA) através de sub-contrato Publicado
2) Plano Mário Leal	X		Publicado
3) Evolução Física Urbana	-	15/07/78	Execução pela Faculdade de Arquitetura - GEAB (UFBA)
4) Disponibilidades de Terras	X		Em revisão final de texto Publicado o anexo Inventário de Loteamentos
5) Infra-Estruturas em Rede	X		Em fase de planejamento gráfico e normalização
6) Equipamentos Puntuais	-	30/04/78	-
7) Imagem Ambiental Urbana	X		Em fase de planejamento gráfico e normalização
8) Habitação	X		Em revisão final do texto
9) Circulação e transportes	-	15/07/78	Com utilização da consultoria externa
10) Densidades e Níveis de Renda	X		Em revisão final de texto
11) Distribuição do Terciário	X		Em revisão final de texto
12) Características e Distribuição do Secundário	X		Em fase de planejamento gráfico e normalização
13) Áreas Verdes e Espaços Abertos	X		Em revisão final de texto
14) Poluição Industrial Urbana	X		Responsabilidade executiva do CEPED através de sub-contratação - em revisão final de texto.
15) Sítio Urbano	-	15/04/78	Execução pelo Instituto de Geociências da(UFBA)
16) Índices Urbanísticos	X		Em revisão final de texto
17) Edificações Licenciadas	X		Em revisão final de texto

71

3 - ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE ESTRUTURA URBANA (Modelo Físico-Territorial)

À medida em que os estudos foram sendo concluídos, a equipe técnica foi sendo remanejada em função da elaboração do Modelo Físico-Territorial.

Inicialmente procurou-se estabelecer uma programação de atividades e desenvolver uma metodologia de montagem e avaliação de alternativas. Uma vez que, via de regra, os resultados dos estudos não alimentavam diretamente as alternativas, foi necessário estabelecer uma fase intermediária de cruzamento e complementação de informações e geração de documentos-síntese.

Os principais passos estabelecidos foram:

1. Definições Básicas
2. Reconhecimento da Realidade
3. Geração de Alternativas
4. Avaliação de Alternativas
5. Detalhamento da Alternativa Selecionada
6. Definição de Subunidades.

Já foram concluídas as Definições Básicas e o Reconhecimento da Realidade, cujos textos estão em fase de revisão.

A Geração de Alternativas, para o ano horizonte de 1990, foi também concluída, embora com a utilização de tempo maior do que o previsto, especialmente no que toca à Alocação Física, que se constitui na tarefa mais trabalhosa desta atividade. Já foram, assim, estabelecidas três alternativas de estrutura urbana.

A Avaliação de Alternativas, já iniciada, tem seu término previsto para o final de abril de 1978. Esta avaliação pode ser subdividida em duas tarefas: (a) avaliação das alternativas de uso do solo utilizando critérios derivados dos objetivos; e (b) teste de transportes, utilizando um modelo de tipo gravitacional, para projeção das demandas futuras de transportes.

A avaliação das alternativas de uso do solo já foi concluída, o que possibilitou iniciar o teste de transportes que realimentará a proposição de uso do solo. Assim, a proposta de Estrutura Urbana deverá estar definida ao final de junho de 1978, enquanto que as Subunidades estarão definidas em julho de 1978.

4 - LEGISLAÇÃO BÁSICA

Já foi feito o levantamento e registro sistemático da legislação relativa ao uso do solo e correlata, a nível municipal, estadual e federal. Atualmente está sendo desenvolvida a análise crítica do conteúdo e forma dessa legislação. Estão sendo preparados também textos iniciais relativos à concepção da nova legislação de uso e ocupação do solo.

O desenvolvimento deste trabalho depende de estreita integração com os resultados do detalhamento resultante da Estrutura Urbana proposta, que a legislação institucionalizará.

A análise da situação atual do quadro jurídico-co-institucional relativo ao controle do uso do solo só tem confirmado a urgência de uma reformulação, seja do ponto de vista urbanístico — uma vez que as proposições do atual Código decididamente não atendem às necessidades de ordenamento do crescimento urbano de Salvador —, seja do ponto de vista legal - devido ao caos jurídico prevalente.

Projeto Pituba

Trata-se de projeto estratégico, inserido no contexto do PLANDURB, objetivando induzir a concentração das atividades imobiliárias atendidas pelo setor formal da construção civil, com capacidade para absorção da demanda por um período de 3 a 4 anos, em área identificada como de expansão imediata da zona urbana, para a qual foram estabelecidas normas específicas de ocupação e uso. Relatório publicado como 1º volume da Série "Programas e Projetos" da Coleção Cadernos OCEPLAN. Decreto em vigor.

Projeto Nordeste de Amaralina

Este trabalho, estratégico como o Projeto Pituba, é voltado para uma área de baixa renda que deverá ser institucionalizada, com outros projetos do mesmo tipo, como "área de proteção sócio-ecológica".

Tal projeto resultou da necessidade de se adquirir uma experiência prévia com uma área de baixa renda — que se constitui na maior parte da área urbana de Salvador — tendo sido escolhido o Nordeste de Amaralina, devido ao seu volume demográfico (mais de 60.000 habitantes), localização (vizinho à Zona Homogênea da Pituba, e por isso mesmo sujeito a forte pressão imobiliária), exis

75

tência prévia de estudos (Faculdade de Arquitetura da UFBA/Fundação Rockefeller), assim como a decisão do poder público municipal de atuar na área. Em revisão final de relatório e minuta de decreto.

Zona Central

Embora não se tenha estabelecido os limites das futuras subunidades pode-se concluir que o Centro da Cidade se constitui numa área prioritária para fins de planejamento particularizado.

Assim fez-se realizar o 1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador, levado a cabo em janeiro de 1977, cobrindo as áreas sócio-cultural, econômica, físico-ambiental e de circulação urbana, com conferência e painel para cada uma delas.

O estudo da Zona Central constitui-se no planejamento detalhado do uso e ocupação do solo nessa importante área da Cidade. Numa primeira fase, fornecendo insumos para a elaboração do Modelo Físico-Territorial, para em seguida ser por ele realimentado. Em elaboração.

6 - GRANDES PROJETOS

- Parque Matropolitano de Abaeté (Itapoã)

Relatório do estudo que busca definir as características e equipamentos do Parque Metropolitano a ser implantado na importante zona de dunas ao norte do município onde se encontra a Lagoa do Abaeté, de grande potencial turístico-recreativo. Publicado como 2º volume da "Série Programas e Projetos", da coleção Cadernos OCEPLAN.

- Parque Distrital de Monte Serrat

Projeto de Parque Distrital na península de Itapagipe, habitada por grande contingente de população das classes de rendas média e média-baixa. Concluído.

- Parque da Orla

Estudo preliminar para aproveitamento paisagístico e recreativo de parte da faixa litorânea da Cidade, preservando-a de ocupação e conferindo-lhe os equipamentos adequados. Concluído.

7 - INDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 - Políticas e Recomendações

- Política de Terras Públicas

Diretrizes e critérios para gestão e alienação de terrenos do município, tendo em vista sua área e situação jurídica, com base em levantamento sistemático dos bens dominicais da Prefeitura, elaborado para servir de base a uma comissão especial constituída por ato do Poder Executivo. Relatôrio.

- Empresa de Urbanização (RENURB)

Recomendações para a criação de uma empresa de urbanização para atuar nas áreas de estocagem de terrenos, habitações de baixa renda, projetos de renovação e expansão urbana, execução de obras sujeitas a contribuição de melhoria e execução de projetos de que resultem equipamentos exploráveis economicamente. Criação já aprovada.

7.2 - Leis e Decretos

- Proteção às Árvores e Áreas Verdes

Legislação consolidando e compatibilizando os vários dispositivos anteriormente dispersos, ampliando a proteção às árvores isoladas - antes inexistente - e estabelecendo normas especiais de ocupação nas áreas arborizadas. Publicado como 3º volume da "Série Legislação Urbanística" da coleção Cadernos OCEPLAN. Já em vigência.

- Normas para Gestão e Alienação de Bens Municipais da Prefeitura

Legislação institucionalizando a Política de Terras Públicas do Município. Minuta em conclusão.

7.3 - Programas e Projetos

- Normas de Sinalização Urbana

Caderno de pranchas com proposição de normas de sinalização de tráfego horizontal, vertical, semaforica e de orientação. Concluído.

- Sistema de Estacionamentos Periféricos

Relatório do estudo de dimensionamento e a valiação técnico-quantitativa para suporte aos projetos e propostas de criação de estacionamentos periféricos. Estabelece uma política tarifária realista e compatível com a filosofia de circulação e estacionamento na zona central da cidade. Concluído.

- Projeto Funcional do Corredor Av. Sete de Setembro/Rua Carlos Gomes

Memorial descritivo e plantas do projeto de um novo esquema de circulação no binário Av. Sete de Setembro/Rua Carlos Gomes, desde a Rua Chile até as proximidades do Campo Grande. O projeto prevê a implantação de faixa reservada para coletivos e ampliação dos espaços de circulação de pedestres, possibilitando a recuperação, para o homem, de ruas e praças atualmente utilizadas pelo automóvel. Concluído.

- Programa de Canalizações de Tráfego

Memorial descritivo e projeto executivo de um conjunto de intervenções corretivas de pequeno porte que, mediante ilhamentos, sinalizações e correções de lay-out, visa

proporcionar melhoria nas condições de circulação na zona central e em outros pontos de estrangulamento dispersos pela cidade. Concluído.

- Articulação Liberdade-Calçada

Estudo preliminar de uma articulação vertical para pedestres, ligando o Bairro da Liberdade ao subcentro da Calçada, tendo em vista o grande fluxo de demanda e a intenção de fortalecer o subcentro da Calçada. Já foi elaborado o ante-projeto da articulação, por uma consultora diretamente contratada pela Prefeitura. Concluído.

7.4 - Indicações

- Parque Distrital de Brotas

Sugestão de aproveitamento de área remanescente em torno da Av. Vale do Ogunjá.

- Estação de Passageiros da Piedade

Sugestão de uma estação de transferência de passageiros a ser estabelecida, com horizonte de longo prazo, no vale situado entre os Barris e Piedade, com aproveitamento da diferença de cotas.

- Parque Metropolitano de Pirajá

Sugestão e contactos preliminares para instalação de um parque metropolitano no subúrbio de Pirajá, habitado por população de baixa renda e uma das áreas de concentração industrial da cidade.

- Parque de Bairro do Nordeste de Amaralina

Sugestão de aproveitamento da única área remanescente no bairro, de alta densidade e baixa renda, para instalação de um parque de bairro.

- Aproveitamento de Terrenos do Abrigo do Salvador

Estudo visando a regulamentar a utilização dos terrenos do Abrigo do Salvador, de forma compatível com a vocação comercial da área e com o sistema viário. Concluído.

- Áreas reservadas para Escolas, Recreação e Abastecimento e Serviços

Mapas das áreas reservadas para escolas, recreação e abastecimento e serviços nos loteamentos aprovados. Subproduto do estudo de Disponibilidade de Terras. Concluído.

- Informações Sócio-Econômicas

Compilação de dados existentes em diversas fontes e estudos sobre a realidade sócio-econômica de Salvador. Publicado como 3º volume da "Série Documentos de Trabalho" da coleção Cadernos OCEPLAN.

8 - COOPERAÇÃO TÉCNICA

Além da formação da equipe técnica da Prefeitura, tem sido um dos objetivos do PLANDURB a utilização do apoio de equipes técnicas locais, sempre e quando existam instituições, organismos e recursos humanos com experiência anterior e condições de atender aos objetivos do programa. De acordo com esta diretriz, foram firmados convênios, autorizações de serviços ou contratos, com as seguintes unidades:

- a) Centro de Recursos Humanos da UFBA, com quem foram contratados o estudo de Evolução Demográfica e a execução de pesquisa de Imagem Ambiental Urbana junto à população, ora em fase de processamento;
- b) Instituto de Geociências da UFBA, com quem foi contratada a elaboração do estudo de Caracterização do Sítio Urbano;
- c) Faculdade de Arquitetura da UFBA, para elaboração, através do Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia-CEAB, do estudo de Evolução Física;
- d) Instituto de Química da UFBA, para realização da pesagem de precisão, visando atender às necessidades do levantamento de vazios urbanos do estudo de Disponibilidade de Terras;

- e) Empresa de Processamento de Dados da Bahia-PRODEB, para processamento de pesquisas de Imagem Ambiental Urbana e das Informações sobre Edificações Licenciadas;

- f) Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento-CEPED, com quem foi firmado convênio de cooperação técnica, através do qual foi contratado e elaborado o estudo de Poluição Industrial Urbana;

- g) Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador-CONDER, com quem foi firmado convênio de cooperação técnica na área de uso do solo;

- h) Secretaria de Negócios Metropolitanos de S. Paulo/Empresa Matropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - EMPLASA, com quem foi firmado convênio visando o intercâmbio de informações, experiências e assessoria técnica no campo do planejamento urbano, tendo em vista a formação de equipe técnica da Prefeitura de Salvador. Com base neste convênio foi realizado um curso de treinamento em foto-interpretação em Salvador, além de estágio na EMPLASA para técnicos da Prefeitura e assessoria técnica especializada.

9 - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A participação da comunidade nos trabalhos é prevista através de reuniões do CONDURB - Conselho de Desenvolvimento Urbano, que congrega representantes das associações de classe, bem como através da realização de seminários. Além disso, já foi realizado o Seminário sobre a Zona Central da Cidade, cujo objetivo foi recolher contribuições para o planejamento dessa importante área da Cidade. Estão previstos outros seminários com o objetivo de discutir as principais recomendações do PLANDURB.

Prevê-se, também, tal como ocorreu no caso do Projeto Nordeste de Amaralina, a implantação de um sistema de participação que viabilize a discussão com os moradores dos problemas e proposições do seu bairro.

ANEXOS

87

PRODUTOS E SUBPRODUTOS DO PLANDURB

I - ESQUEMA DE PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS

COLEÇÃO PLNDURB

Série Estudos Exploratórios

Série Estudos Informativos

Série Estudos Centrais

Série Estudos Espaciais

Série Estudos Setoriais

COLEÇÃO CADERNOS OCEPLAN

Série Documentos de Trabalho

Série Documentos de Leitura

Série Legislação Urbanística

Série Programas e Projetos

II - TRABALHOS PUBLICADOS

COLEÇÃO PLANDURB

Série Estudos Exploratórios

1. Evolução Demográfica - 1940-2000

88

Série Estudos Informativos

1. EPUCS - Uma Experiência de Planejamento Urbano
2. Disponibilidade de Terras
Inventário de Loteamentos - Anexos

COLEÇÃO CADERNOS OCEPLAN

Série Documentos de Trabalho

1. Plano de Desenvolvimento Urbano-PLANDURB .
Sobre o Processo de Planejamento.
WALDECK VIEIRA ORNELAS e HELIODÓRIO SAMPAIO
2. PLANDURB - Definição da 1ª. Etapa
WALDECK VIEIRA ORNELAS e HELIODÓRIO SAMPAIO
3. Salvador: Informações Sócio-Econômicas

Série Documentos de Leitura

1. "Conferência de las Naciones Unidas sobre los
Asentamientos Humanos: Habitat. Temas que
requieran la Adopción de Medidas a Nivel
Nacional
Nota del Secretário Geral"
2. "Nuevo Enfoque para la Planificación em Áreas
Metropolitanas: Hacia um Modelo Alternativo"
GABRIEL PUMARINO
3. "Estructura Interna de la Ciudad"
OSCAR YUJNOVSKY

Série Legislação Urbanística

1. Alterações do Código de Urbanismo e Obras
2. Conselho de Desenvolvimento Urbano-CONDURB
3. Áreas Verdes

Série Programas e Projetos

- 1. Projeto Pituba
- 2. Parque Metropolitano de Abaeté

Comunidade de terras públicas do município.

Projeto Sistema de Detecção de Atividades Preteridas.

Projeto Funcional de Corredor Av. Getúlio Vargas/ Rua Carlos Gomes.

Programa de Canalizações de Efluentes.

Associação Liberdade/Calçada.

Curso de Análise de Urbanização.

Projeto de Controle sobre o Comércio de Urubitinga.

A V U L S O S :

- Comissão de Terras Públicas. Relatório.
- Projeto Sistema de Estacionamentos Periféricos
- Projeto Funcional do Corredor Av. Sete de Setembro/
Rua Carlos Gomes
- Programa de Canalizações de Tráfego
- Articulação Liberdade/Calçada
- Normas de Sinalização Urbana
- 1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador.